

EBOOK

Entendendo a Estrutura da Prefeitura de São Paulo na Administração Pública

**Coordenadoria de Participação Social
2025**



**CIDADE DE
SÃO PAULO**

1 - Organização Administrativa

Introdução Vamos entender a Administração Pública, que é essencial para gerenciar a sociedade e garantir os direitos democráticos. A administração pública está presente no dia a dia de todos e é guiada por princípios que visam o desenvolvimento da sociedade.

Conceitos Básicos

Administração Pública: Conjunto de órgãos e entidades responsáveis por executar as leis e prestar serviços à população.

Administração Direta e Indireta:

Direta: Órgãos que fazem parte do governo central.

Indireta: Entidades com autonomia, como autarquias e fundações.

Órgão Público: Unidade de ação criada para desempenhar funções estatais, composta por agentes que ocupam cargos públicos.

Função Administrativa

A função administrativa é a aplicação da lei para gerir os interesses do Estado e da coletividade. Quando um serviço é prestado por uma unidade estatal, essa unidade está exercendo a função administrativa.

Importância da Administração Pública

A administração pública organiza e estrutura setores da sociedade para manter a ordem e promover o progresso coletivo. Está presente em todos os poderes do Estado e é fundamental para alcançar o bem público.

Estrutura dos Órgãos Públicos

Simple: Um só centro de competências, sem subdivisões.

Compostas: Reúnem diversos órgãos, como os Ministérios.

Natureza dos Órgãos

Descentralizados: Localizados fora da sede do órgão.

Singulares: Autoridades políticas ou dirigentes máximos.

Colegiados: Decisões tomadas de forma coletiva.

Posição Estatal dos Órgãos

Autônomos: Localizados na cúpula da administração pública, com ampla autonomia.

Independentes: Previstos na Constituição, sem subordinação hierárquica.

Reflexão sobre a Função Administrativa

A administração pública é um instrumento para a realização direta dos direitos fundamentais, executando leis e prestando serviços à população. A ocupação do território e a instalação de

serviços, como um shopping ou uma rede de esgoto, podem trazer benefícios e desafios diferentes para a comunidade.

Desigualdades Sociais e Territoriais

A ocupação do território brasileiro é desigual e reflete as diversas formas de organização social e cultural. As transformações no território podem beneficiar alguns grupos e prejudicar outros, resultando em segregação espacial.

Conclusão

Os órgãos públicos são centros de competências sem personalidade jurídica própria, criados para desempenhar funções estatais. Eles são essenciais para a administração pública, que organiza e executa ações para o bem coletivo.

2: Participação e Políticas Públicas

Audiências Públicas

As audiências públicas são espaços onde qualquer pessoa interessada ou afetada pelas ações do governo pode participar do processo de tomada de decisão. Elas podem ser:

Opcionais: Realizadas por iniciativa do governo.

Obrigatórias: Exigidas por lei.

Solicitadas: Pedidas pela própria população.

Durante essas audiências, os cidadãos têm a oportunidade de expressar suas opiniões sobre os temas discutidos.

Conselhos Municipais

Os conselhos são locais onde a cidadania é exercida, permitindo a participação popular na gestão pública. Eles podem ser:

Consultivos: Oferecem opiniões aos governantes, que podem ou não segui-las.

Deliberativos: Trabalham junto com o governo e tomam decisões sobre ações públicas.

Participativos: Monitoram ações e gastos públicos, sugerindo políticas e fomentando o controle social.

Exemplos de conselhos municipais:

Conselho do Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
(CONFEMA)

Conselho Municipal de Turismo (COMTUR)

Conselho Municipal de Educação (CME)

Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência (CMPD)

Conferências Municipais

As conferências são espaços de participação e deliberação entre representantes do poder público, terceiro setor e sociedade civil. Elas têm o objetivo de formular diretrizes para políticas públicas específicas, garantindo legitimidade e caráter democrático.

Exemplos de conferências municipais:

Conferência Municipal de Assistência Social
Conferência Municipal de Saúde
Conferência Municipal de Cultura

Participação Social

Para que as políticas públicas beneficiem a sociedade, é essencial a participação ativa dos cidadãos. O Estado deve oferecer diversos mecanismos de participação social, como conselhos participativos e plebiscitos. Exemplos importantes incluem:

Lei de Acesso à Informação: Garante transparência nas ações governamentais.
Orçamento Participativo: Permite que a população participe na decisão sobre o uso de recursos públicos.

Exemplos de Políticas Públicas

Habitação: Programa Minha Casa Minha Vida
Saúde: Distribuição gratuita de medicamentos pelo SUS
Educação: Programa Minha Biblioteca
Saneamento: Política Nacional de Resíduos Sólidos
Trabalho: Programa Jovem Aprendiz
Planejamento Urbano: Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo

Estrutura Organizacional da Prefeitura

A Prefeitura de São Paulo oferece uma variedade de serviços públicos, exigindo uma estrutura dinâmica que abrange desde o desenvolvimento urbano até ações sociais. A organização deve permitir a governabilidade e o desempenho eficaz dos gestores e servidores.

Fundos Municipais

Além do orçamento de cada Secretaria, os Fundos Municipais financiam o desenvolvimento de políticas públicas. A sociedade civil acompanha e controla o uso desses recursos através de conselhos específicos.

Ciclo das Políticas Públicas

As políticas públicas seguem um ciclo que inclui:

Formação da Agenda: Identificação dos problemas a serem resolvidos.
Formulação de Alternativas: Apresentação de soluções e definição de objetivos.
Tomada de Decisão: Escolha do curso de ação.

Implementação: Execução das ações planejadas.

Avaliação: Monitoramento e análise dos resultados.

Extinção: Encerramento da política se o problema for resolvido ou perder importância.

Reflexão

Pense sobre qual política pública tem influenciado seu dia a dia. Qual problema ela busca resolver? Está alcançando os resultados esperados? Qual é a sua avaliação?

3: Como a Prefeitura de São Paulo Está Organizada

Introdução

Nesta aula, vamos entender como a Prefeitura de São Paulo (PMSP) está organizada. Vamos falar sobre as Secretarias e as áreas "meio" e "fim" da administração pública municipal, além das principais diretrizes legais e técnicas adotadas.

Secretarias e Áreas "Meio" e "Fim"

Áreas "Meio": São aquelas que dão suporte às demais áreas, como gestão de pessoas, saúde do servidor, gestão de bens e serviços, e capacitação de profissionais.

Áreas "Fim": São aquelas que executam diretamente as políticas públicas, como saúde, educação, e assistência social.

Estrutura Organizacional da PMSP

A estrutura da PMSP é composta por várias Secretarias e órgãos que trabalham juntos para administrar a cidade. Aqui estão alguns dos principais componentes:

Secretaria Municipal de Gestão (SEGES): Responsável por políticas e diretrizes municipais, como desenvolvimento institucional, gestão de pessoas, saúde do servidor, e gestão de bens e serviços.

Assessoria de Relações de Trabalho (ART): Atua no relacionamento entre a administração e os servidores.

Comissão do Patrimônio Imobiliário do Município de São Paulo (CMPT): Cuida dos imóveis pertencentes ao município.

Arquivo Público Municipal "Jornalista Paulo Roberto Dutra" (ARQUIP): Preserva documentos históricos e administrativos da cidade.

Conselhos Municipais

Os Conselhos Municipais são espaços importantes para a participação da sociedade civil na gestão pública. Eles podem ser consultivos, deliberativos ou participativos, e ajudam a monitorar e sugerir políticas públicas.

Exemplos de Conselhos Municipais:

- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMCDA)
- Conselho Municipal dos Direitos da Juventude (CMJD)
- Grande Conselho Municipal do Idoso (GCMI)
- Conselho Municipal de Políticas Públicas de Droga e Álcool (COMUDA)
- Conselho Municipal de Políticas LGBT (CPLGBT)
- Conselho Municipal de Políticas para as Mulheres (CMPM)
- Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial (COMPIR)
- Conselho Municipal de Imigrantes (CMI)
- Conselho Municipal dos Povos Indígenas (CMPI)
- Conselho Municipal de Participação da Comunidade Nordestina (CMPCN)

4. Cargos de Provimento em Comissão

Os cargos de provimento em comissão são destinados a funções de direção, chefia e assessoramento. Esses cargos não exigem concurso público e são ocupados por pessoas de confiança da autoridade competente, que pode exonerá-las a qualquer momento.

Principais Cargos e Suas Funções

CDA-6

- Coordenador II
- Assessor VI
- Chefe de Assessoria II
- Chefe de Assessoria Jurídica II

CDA-5

- Coordenador I
- Assessor V
- Diretor II
- Diretor de Projetos
- Diretor de Programa
- Chefe de Assessoria I
- Chefe de Assessoria Jurídica I

CDA-4

- Diretor I
- Assessor IV
- Gerente de Projetos
- Chefe de Núcleo II
- Gestor de Equipamento Público II

Supervisor
CDA-3
Chefe de Equipe II
Assessor III
Chefe de Núcleo I
Gestor de Equipamento Público I
CDA-2
Chefe de Equipe I
Assessor II
Gestor de Equipamento Público
CDA-1
Assessor I

Funções de Confiança

As funções de confiança são atribuídas exclusivamente a servidores efetivos e envolvem responsabilidades gerenciais, de supervisão ou assessoramento.

Analista de Políticas Públicas e Gestão Governamental (APPGG)

Os Analistas de Políticas Públicas e Gestão Governamental têm um papel crucial na implementação, supervisão, coordenação, execução, monitoramento e avaliação de projetos e políticas públicas. Suas competências abrangem áreas como:

Planejamento e orçamento governamentais
Gestão de pessoas
Gestão da tecnologia da informação
Gestão de recursos logísticos e materiais
Gestão do patrimônio
Modernização da gestão e racionalização de processos

Parcerias com o Terceiro Setor

A Prefeitura de São Paulo também trabalha em parceria com organizações do terceiro setor, como Organizações Sociais (OSs) e Organizações da Sociedade Civil (OSCs), para gerenciar serviços públicos, como unidades de saúde e centros de assistência social.

Participação dos Servidores

A participação dos servidores efetivos em cargos de comissão é regulamentada pela Lei nº 17.708/2021, que estabelece percentuais mínimos de ocupação por servidores efetivos para cada símbolo de cargo.

Aula 5: Controle no Serviço Público

Órgãos de Controle

A Prefeitura de São Paulo possui diversos órgãos responsáveis por garantir que tudo funcione corretamente e de forma transparente. Vamos conhecer alguns deles:

Poder Municipal: Composto pelo Poder Executivo (Prefeitura) e o Poder Legislativo (Câmara de Vereadores).

Administração Direta: Inclui a Prefeitura e suas Secretarias.

Administração Indireta: Inclui fundações, empresas públicas e autarquias.

Poder Legislativo

Câmara de Vereadores: Responsável por criar leis e fiscalizar a Prefeitura.

Tribunal de Contas: Auxilia a Câmara de Vereadores na fiscalização das contas públicas.

Poder Executivo

Prefeitura: Responsável pela execução das políticas públicas e serviços para a população.

Secretarias: Divisões dentro da Prefeitura que cuidam de áreas específicas, como saúde, educação e transporte.

Controle Externo

Tribunal de Contas do Município (TCM): Analisa as contas da Prefeitura e emite pareceres sobre a legalidade e eficiência dos gastos públicos. Eles verificam, por exemplo:

As contas do Prefeito e da Câmara Municipal.

A aplicação de recursos recebidos da União.

A auditoria financeira e orçamentária das unidades

Coordenadoria de Participação Social 2025

Coordenadora

Vanessa Bianchi

Equipe Técnica

Anna Caroline Pereira Kaptchouang

Geisa Godoy da Silva

Marcelo de França Leite

Estagiária

Flávia Couto e Silva

Analista de Políticas Públicas e Gestão Governamental

Hugo Vítor Vecchiato



**CIDADE DE
SÃO PAULO**